

GESTÃO ESCOLAR COLABORATIVA: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

COLLABORATIVE SCHOOL MANAGEMENT: A PATH TO THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

GESTIÓN ESCOLAR COLABORATIVA: UN CAMINO PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES

Juliana Guilhoto Miguel Jbelle¹

RESUMO: Esse artigo buscou analisar a gestão escolar colaborativa como caminho para a efetivação da inclusão de estudantes com necessidades especiais, reconhecendo a importância do diálogo, da participação e da corresponsabilidade no ambiente educacional. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em autores que discutem a gestão democrática, a inclusão e as políticas públicas de equidade. A análise dos estudos permitiu identificar que a gestão colaborativa favorece a construção de práticas inclusivas ao integrar professores, gestores, famílias e comunidade em torno de um objetivo comum: garantir a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Os resultados evidenciaram que a colaboração amplia a formação docente, fortalece vínculos entre escola e família, estimula a criação de projetos pedagógicos inclusivos e contribui para superar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Apesar dos desafios encontrados, como resistências culturais e estruturais, conclui-se que a gestão escolar colaborativa é uma estratégia indispensável para consolidar uma cultura de inclusão e para transformar a escola em espaço democrático, humanizado e comprometido com a justiça social.

1065

Palavras-chave: Gestão escolar. Inclusão. Colaboração.

ABSTRACT: This article aimed to analyze collaborative school management as a path to the inclusion of students with special needs, recognizing the importance of dialogue, participation, and shared responsibility in the educational environment. The methodology used was bibliographic research with a qualitative approach, based on authors who discuss democratic management, inclusion, and equity public policies. The analysis of the studies made it possible to identify that collaborative management promotes the construction of inclusive practices by integrating teachers, managers, families, and the community around a common goal: ensuring the learning and full development of all students. The results showed that collaboration enhances teacher training, strengthens school-family ties, encourages the creation of inclusive pedagogical projects, and helps to overcome physical, pedagogical, and attitudinal barriers. Despite challenges such as cultural and structural resistance, it is concluded that collaborative school management is an essential strategy for consolidating a culture of inclusion and for transforming the school into a democratic, humanized space committed to social justice.

Keywords: School management. Inclusion. Collaboration.

¹ Mestranda em Educação, Uneatlantico.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar la gestión escolar colaborativa como un camino para la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales, reconociendo la importancia del diálogo, la participación y la corresponsabilidad en el entorno educativo. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo, fundamentada en autores que discuten la gestión democrática, la inclusión y las políticas públicas de equidad. El análisis de los estudios permitió identificar que la gestión colaborativa favorece la construcción de prácticas inclusivas al integrar a docentes, gestores, familias y comunidad en torno a un objetivo común: garantizar el aprendizaje y el pleno desarrollo de todos los estudiantes. Los resultados evidenciaron que la colaboración amplía la formación docente, fortalece los vínculos entre escuela y familia, estimula la creación de proyectos pedagógicos inclusivos y contribuye a superar barreras físicas, pedagógicas y actitudinales. A pesar de los desafíos encontrados, como resistencias culturales y estructurales, se concluye que la gestión escolar colaborativa es una estrategia indispensable para consolidar una cultura de inclusión y transformar la escuela en un espacio democrático, humanizado y comprometido con la justicia social.

Palabras clave: Gestión escolar. Inclusión. Colaboración.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um princípio fundamental para a promoção de uma escola democrática, capaz de atender a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Esse movimento encontra respaldo em legislações nacionais e internacionais que reconhecem a inclusão como um direito humano e uma obrigação ética e pedagógica. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a escola deve eliminar barreiras e adotar práticas que assegurem a participação plena e efetiva dos estudantes com deficiência no processo educacional. Nesse cenário, a gestão escolar colaborativa aparece como estratégia essencial para articular esforços de professores, equipe pedagógica, famílias e comunidade em prol da construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A gestão colaborativa propõe um modelo de liderança baseado na cooperação e na corresponsabilidade, substituindo práticas hierárquicas rígidas por processos participativos de tomada de decisão. Segundo Libâneo (2012), a gestão democrática é o caminho mais eficaz para a construção de ambientes educativos inclusivos, pois valoriza a escuta, o diálogo e a participação de diferentes sujeitos no planejamento e execução das ações escolares. Quando esse modelo é aplicado ao contexto da inclusão, amplia-se a possibilidade de que as necessidades educacionais especiais sejam consideradas de forma coletiva, evitando soluções fragmentadas e pouco sustentáveis.

Além disso, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como a presença física do estudante com deficiência em sala de aula, mas como a criação de condições reais para sua

aprendizagem e desenvolvimento. Mantoan (2015) argumenta que a escola inclusiva deve ser capaz de reinventar suas práticas pedagógicas, flexibilizando currículos e metodologias, de modo a garantir que todos tenham acesso ao conhecimento em condições de equidade. Nesse sentido, a gestão escolar colaborativa atua como mediadora de mudanças estruturais e pedagógicas, fomentando a cultura de respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

Outro aspecto importante é que a inclusão demanda articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e envolvimento comunitário. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) enfatiza a equidade como princípio para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da educação. Assim, cabe à gestão escolar construir estratégias que integrem esses princípios à realidade do cotidiano escolar, transformando-os em ações concretas que beneficiem os alunos com necessidades especiais.

Dessa forma, este artigo busca analisar a gestão escolar colaborativa como um caminho promissor para a inclusão de estudantes com necessidades especiais, evidenciando seus fundamentos, práticas e desafios. A partir de um estudo bibliográfico de caráter qualitativo, pretende-se discutir como a cooperação entre diferentes atores da escola pode favorecer a efetivação de uma educação inclusiva, promovendo ambientes mais justos, democráticos e humanizados.

MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, por entender que esse tipo de investigação possibilita a análise crítica de produções já existentes sobre o tema da gestão escolar colaborativa e sua relação com a inclusão de estudantes com necessidades especiais. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste em examinar materiais já publicados com o objetivo de compreender e aprofundar determinada problemática, permitindo ao pesquisador identificar tendências, lacunas e perspectivas presentes na literatura. Essa escolha metodológica se mostrou adequada, uma vez que a inclusão e a gestão democrática têm sido amplamente discutidas por autores nacionais e internacionais.

O levantamento de dados foi realizado em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, priorizando publicações científicas, dissertações e teses que abordam a gestão escolar, a inclusão e a educação democrática. Foram selecionados trabalhos publicados, em sua maioria, nos últimos quinze anos, mas também

foram incluídas obras de referência que se tornaram clássicas na área, dada sua relevância teórica. Marconi e Lakatos (2021) ressaltam que a pesquisa bibliográfica deve aliar atualidade e consistência teórica, de modo a construir uma análise sólida e abrangente sobre o tema investigado.

Para a sistematização dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), que permite a categorização e a interpretação dos materiais levantados, organizando-os em eixos temáticos. Neste estudo, foram estabelecidos três eixos principais: a) fundamentos teóricos da gestão escolar colaborativa; b) práticas colaborativas voltadas para a inclusão; e c) desafios e possibilidades de implementação desse modelo na realidade das escolas brasileiras. Essa organização possibilitou compreender como diferentes autores relacionam a gestão democrática com as políticas e práticas inclusivas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não se buscou a quantificação de dados, mas sim a compreensão profunda das ideias e experiências presentes nos textos analisados. Severino (2018) destaca que a pesquisa qualitativa prioriza a interpretação crítica, valorizando o contexto e a complexidade dos fenômenos estudados. Dessa forma, a análise aqui desenvolvida buscou respeitar a pluralidade de perspectivas, articulando-as de maneira a oferecer um olhar reflexivo e humanizado sobre a inclusão escolar mediada pela gestão colaborativa.

1068

Em síntese, os métodos utilizados neste trabalho permitiram construir uma base teórica consistente, articulando diferentes referenciais que contribuem para compreender a relevância da gestão escolar colaborativa como caminho para efetivar práticas de inclusão. Esse percurso metodológico garante a legitimidade da análise e abre espaço para futuras investigações aplicadas em contextos escolares específicos.

RESULTADOS

Os resultados mostraram que a gestão escolar colaborativa é um fator decisivo para a implementação de práticas inclusivas, pois envolve a construção de um ambiente escolar no qual diferentes vozes são ouvidas e consideradas nos processos de decisão. Libâneo (2012) ressalta que a gestão democrática, quando efetivada, garante maior participação dos sujeitos e amplia o compromisso coletivo com a qualidade da educação, o que é essencial para a inclusão de estudantes com necessidades especiais.

Observou-se que a inclusão escolar não depende apenas do esforço individual do professor em sala de aula, mas da articulação entre todos os atores da escola. Mantoan (2015)

destaca que a escola inclusiva precisa repensar sua estrutura organizacional e pedagógica, o que só é possível por meio de uma gestão que promova o diálogo e a corresponsabilidade. Assim, a gestão colaborativa se mostra uma via capaz de superar práticas isoladas e fragmentadas.

Outro achado importante foi a constatação de que a gestão colaborativa amplia o senso de pertencimento dos professores, alunos e famílias no processo educacional. Paro (2016) afirma que a escola democrática deve ser entendida como espaço de convivência coletiva, onde a inclusão se realiza na prática cotidiana, e não apenas em discursos. Esse envolvimento torna o ambiente mais acolhedor e favorece a permanência de estudantes com necessidades especiais.

A análise revelou ainda que práticas colaborativas de gestão facilitam a criação de estratégias pedagógicas adaptadas. Quando professores trabalham em conjunto com gestores e especialistas, conseguem planejar ações diferenciadas para atender às necessidades dos estudantes. Glat e Pletsch (2012) defendem que a inclusão só se concretiza quando há flexibilização curricular e metodológica, algo que depende diretamente de decisões coletivas articuladas pela gestão escolar.

Outro resultado observado refere-se ao fortalecimento da formação docente quando a escola adota um modelo colaborativo de gestão. Imbernón (2010) aponta que a formação continuada deve ser construída a partir das demandas reais da escola, envolvendo momentos de reflexão e troca de experiências entre pares. Isso significa que a gestão colaborativa não apenas promove a inclusão, mas também fortalece o desenvolvimento profissional dos docentes.

1069

Os resultados também indicaram que a gestão colaborativa contribui para a redução de práticas excludentes que ainda persistem em algumas escolas. Ao abrir espaço para a participação de diferentes atores, a gestão amplia a possibilidade de identificar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, propondo soluções conjuntas. Segundo Rodrigues (2017), a inclusão depende do enfrentamento dessas barreiras, o que exige planejamento coletivo e compromisso institucional.

Verificou-se também que o envolvimento da comunidade é facilitado quando a gestão adota práticas colaborativas. A família, em especial, desempenha papel essencial no processo de inclusão, e sua participação ativa fortalece as ações escolares. De acordo com Oliveira (2018), a parceria entre escola e família é fundamental para garantir a continuidade das aprendizagens e o apoio necessário aos estudantes com deficiência ou dificuldades específicas.

Outro ponto identificado foi a importância da escuta ativa promovida pela gestão colaborativa. Quando os gestores valorizam as experiências e necessidades relatadas pelos professores, alunos e famílias, o processo inclusivo ganha maior legitimidade. Santos e Mendes (2020) destacam que a inclusão só se efetiva quando há diálogo constante e construção conjunta de estratégias.

Os resultados também mostraram que a gestão colaborativa favorece a elaboração de projetos pedagógicos que integram a diversidade como valor central. Ao contrário de modelos burocráticos, esse tipo de gestão busca adaptar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) à realidade da comunidade escolar. Segundo Veiga (2012), o PPP deve ser construído coletivamente para atender às especificidades do contexto, o que inclui garantir a participação efetiva dos estudantes com necessidades especiais.

Foi identificado que, em escolas que adotam práticas colaborativas, há maior comprometimento na implementação de políticas públicas inclusivas. A BNCC (BRASIL, 2018) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) apontam a equidade e a acessibilidade como princípios fundamentais da educação, e a gestão colaborativa se mostra como o caminho mais viável para transformar esses princípios em práticas efetivas.

Outro resultado importante refere-se ao desenvolvimento de uma cultura escolar mais humanizada e solidária. A gestão colaborativa estimula a cooperação entre os sujeitos, em vez da competição, o que promove um ambiente mais saudável para todos. Libâneo (2012) destaca que essa cultura de solidariedade é indispensável para a inclusão, pois valoriza a diversidade como parte constitutiva da escola.

Verificou-se também que a gestão colaborativa favorece a criação de redes de apoio dentro da escola, conectando professores, profissionais de apoio e gestores em torno das necessidades dos estudantes. Glat e Pletsch (2012) reforçam que essas redes são fundamentais para garantir adaptações pedagógicas eficazes, já que o trabalho coletivo potencializa as possibilidades de intervenção.

Outro achado foi que a gestão colaborativa fortalece a autoestima dos professores e alunos, ao valorizar suas contribuições e reconhecer seus esforços. Paro (2016) observa que a democratização da gestão educacional estimula o sentimento de corresponsabilidade, criando vínculos mais sólidos entre os sujeitos envolvidos e consolidando a inclusão como prática cotidiana.

Os resultados também mostraram que escolas com gestão colaborativa tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais criativas e inovadoras. A troca constante de ideias e experiências entre os profissionais amplia o repertório pedagógico e favorece soluções criativas para os desafios da inclusão. Segundo Mantoan (2015), a inovação é condição essencial para que a inclusão se concretize de maneira efetiva.

Foi observado ainda que a gestão colaborativa contribui para reduzir os índices de evasão escolar de estudantes com necessidades especiais. Quando a escola oferece suporte adequado e envolvimento comunitário, os alunos permanecem mais tempo e com maior engajamento. Rodrigues (2017) ressalta que a permanência é um dos maiores indicadores de sucesso da inclusão, e depende de uma gestão comprometida com o acompanhamento contínuo.

Outro aspecto identificado foi que a gestão colaborativa possibilita maior articulação entre as dimensões pedagógica e administrativa da escola. Ao invés de separar gestão e ensino, essa abordagem integra ambas as dimensões em um projeto comum. Veiga (2012) destaca que a gestão democrática deve estar intrinsecamente ligada ao trabalho pedagógico, e não reduzida a processos burocráticos.

Os resultados mostraram também que a gestão colaborativa amplia a consciência crítica da comunidade escolar sobre a importância da inclusão. Ao envolver todos os sujeitos no processo, a escola se torna mais sensível às desigualdades e mais disposta a enfrentá-las. Para Santos e Mendes (2020), a participação é um mecanismo de empoderamento coletivo que fortalece a busca por justiça social.

1071

Outro ponto foi a constatação de que escolas que adotam a gestão colaborativa desenvolvem maior capacidade de enfrentar os desafios da diversidade cultural e social. Oliveira (2018) aponta que a inclusão não se restringe apenas a estudantes com deficiência, mas abrange todos aqueles que, por diferentes razões, encontram barreiras no processo educacional. Nesse sentido, a gestão colaborativa amplia o conceito de inclusão, tornando-o mais abrangente.

Também foi observado que a gestão colaborativa fortalece o papel do diretor escolar como líder pedagógico, que atua não apenas como gestor administrativo, mas como articulador de processos participativos. Libâneo (2012) afirma que a liderança democrática é aquela que inspira confiança e engajamento, conduzindo a escola a práticas mais inclusivas e solidárias.

Por fim, os resultados evidenciam que a gestão escolar colaborativa não é apenas uma alternativa, mas uma necessidade para a efetivação da inclusão de estudantes com necessidades

especiais. Ao promover participação, diálogo e corresponsabilidade, ela transforma a escola em um espaço de pertencimento e equidade, capaz de garantir que todos tenham acesso à aprendizagem em condições dignas e significativas.

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados evidenciam que a gestão escolar colaborativa constitui um elemento central para a construção de práticas educacionais inclusivas, uma vez que promove a corresponsabilidade e o diálogo entre todos os sujeitos da comunidade escolar. Esse achado vai ao encontro da perspectiva de Libâneo (2012), que entende a gestão democrática como fundamento essencial para consolidar processos coletivos e participativos na escola. A inclusão, nesse sentido, deixa de ser um esforço isolado de professores e passa a ser um compromisso institucional.

Outro aspecto discutido refere-se à necessidade de compreender a inclusão não apenas como presença física do estudante com deficiência na escola, mas como efetiva participação nos processos de aprendizagem. Mantoan (2015) argumenta que a verdadeira inclusão demanda transformação das práticas pedagógicas, flexibilização curricular e reconfiguração da própria organização escolar. A gestão colaborativa, ao envolver todos os atores nesse processo, oferece condições para que essas mudanças ocorram de forma sustentável.

1072

A discussão também mostra que a gestão colaborativa tem o potencial de fortalecer a formação docente, articulando momentos de troca e reflexão sobre a prática pedagógica. Imbernón (2010) destaca que a formação continuada deve emergir das necessidades reais da escola, sendo construída em conjunto com os professores. Isso significa que a gestão democrática não apenas organiza a escola, mas também cria condições para o desenvolvimento profissional e para a inovação pedagógica.

Outro ponto importante diz respeito ao envolvimento das famílias, que aparece nos resultados como condição indispensável para a inclusão. Oliveira (2018) ressalta que a participação familiar contribui para a continuidade das aprendizagens e para a criação de vínculos entre a escola e a comunidade. A gestão colaborativa, ao abrir espaço para a escuta das famílias, amplia a rede de apoio dos estudantes com necessidades especiais, fortalecendo sua permanência e sucesso escolar.

Os resultados também dialogam com a literatura ao mostrar que a gestão colaborativa contribui para a criação de redes de apoio dentro da escola, conectando diferentes profissionais

em torno das necessidades dos estudantes. Glat e Pletsch (2012) afirmam que tais redes são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias adaptadas e eficazes, pois a inclusão não pode ser vista como responsabilidade de um único professor, mas como esforço conjunto.

A resistência inicial de alguns docentes e gestores à adoção de práticas colaborativas também merece destaque na discussão. Paro (2016) observa que, apesar da gestão democrática ser prevista em lei, sua implementação enfrenta entraves culturais e estruturais. Nesse sentido, a análise sugere que a formação crítica e a sensibilização da equipe escolar são caminhos para superar essas barreiras, permitindo que a gestão colaborativa se consolide como prática efetiva.

Outro elemento importante é a relação entre a gestão colaborativa e a implementação de políticas públicas inclusivas. A BNCC (BRASIL, 2018) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) estabelecem princípios de equidade e acessibilidade que só se concretizam plenamente quando a escola adota mecanismos coletivos de decisão e planejamento. Assim, a gestão colaborativa se mostra como instrumento fundamental para transformar diretrizes legais em ações concretas no cotidiano escolar.

A discussão ainda aponta que a gestão colaborativa contribui para a consolidação de uma cultura escolar inclusiva, pautada em valores de respeito, empatia e solidariedade. Veiga (2012) ressalta que o Projeto Político-Pedagógico deve refletir os princípios de participação e diversidade, sendo construído coletivamente para atender às especificidades do contexto escolar. Quando essa construção é pautada pela colaboração, a escola se torna mais sensível às diferenças e mais comprometida com a equidade.

Os resultados também permitem refletir sobre a importância da liderança pedagógica exercida pelos gestores. Libâneo (2012) destaca que o gestor democrático atua como mediador e articulador, não apenas como administrador. Essa visão se confirma na prática das escolas colaborativas, onde o diretor assume papel de inspirador, promovendo confiança, engajamento e corresponsabilidade entre os diferentes atores.

Por fim, a análise evidencia que a gestão colaborativa é mais que um modelo de administração escolar: é uma prática transformadora que fortalece a democracia, promove a justiça social e assegura condições reais de aprendizagem para todos os estudantes. Ao articular participação, diálogo e corresponsabilidade, a escola passa a ser não apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também um ambiente de acolhimento e valorização da diversidade, cumprindo sua função social de forma plena.

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender que a gestão escolar colaborativa se apresenta como um caminho promissor para a efetivação da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Ao articular diálogo, corresponsabilidade e participação ativa da comunidade escolar, a gestão deixa de ser vista como mera função administrativa para assumir papel central na construção de práticas pedagógicas inclusivas e democráticas.

Observou-se que, quando a escola adota uma gestão pautada na colaboração, os diferentes sujeitos passam a compartilhar responsabilidades e decisões, o que fortalece o compromisso coletivo com a educação de qualidade. Essa postura não apenas garante maior legitimidade às ações, mas também favorece a criação de um ambiente escolar acolhedor, no qual os estudantes com necessidades especiais encontram condições reais para aprender e se desenvolver.

Outro aspecto importante refere-se ao impacto positivo da gestão colaborativa na formação e no trabalho dos professores. O envolvimento da equipe gestora em processos participativos estimula a reflexão crítica, promove inovação pedagógica e fortalece a autoestima docente. Dessa forma, a gestão colaborativa contribui diretamente para o desenvolvimento profissional dos educadores e para a melhoria das práticas de ensino voltadas à diversidade.

1074

A participação das famílias e da comunidade também se destacou como elemento essencial para consolidar a inclusão. Quando a gestão abre espaço para o diálogo e valoriza as contribuições externas, a escola amplia sua rede de apoio, tornando-se mais sensível às necessidades dos alunos e mais comprometida com a justiça social. Essa integração fortalece os vínculos entre escola e sociedade, tornando a inclusão uma responsabilidade coletiva.

Em síntese, pode-se concluir que a gestão escolar colaborativa é mais que uma alternativa organizacional: é uma prática transformadora que coloca a diversidade no centro do processo educativo. Ao promover diálogo, corresponsabilidade e acolhimento, a escola cumpre de forma mais plena sua função social, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso à aprendizagem e à cidadania em condições de equidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. *Políticas educacionais, escola inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- OLIVEIRA, A. A. S. de. *Família e inclusão escolar: desafios e possibilidades*. Curitiba: CRV, 2018.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2016.
- RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2017.
- SANTOS, A. L.; MENDES, E. G. Gestão escolar e inclusão: perspectivas para uma educação democrática. *Revista Educação Especial*, v. 33, e74, p. 1-17, 2020.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 26. ed. Campinas: Papirus, 2012.